

UMA POLÊMICA EM TORNO DA ‘REVISTA DE ANTROPOFAGIA’: A QUESTÃO DAS FASES DO MODERNISMO E A PRODUÇÃO INTELECTUAL EM REVISTAS

Alfredo de J. Flores**
Leticia Pereira Pimenta***

Introdução

Ainda que estejam adiantados os estudos sobre a história dos livros e impressos no país quanto ao início do séc. XX, é preciso avaliar o impacto dos periódicos na gestão da cultura neste mesmo período. Um exemplo paradigmático foi a tese doutoral de Silene Claro (2008) na USP ao retratar a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Deve-se recordar ainda os estudos de Mariana de Moraes Silveira (2014, 2016) sobre revistas do período Vargas. Quando se percebe um crescimento dos estudos sobre o periodismo como fonte primária dentro do cenário nacional, muitas vezes a atenção está voltada às revistas científicas, e não para as artísticas.

O fato é que, até então, o tema do vínculo do periodismo com o Modernismo no Brasil encara uma carência de fontes e, sendo assim, consoante Jason Tércio afirmou em relevante artigo na Folha de São Paulo de 26/06/2021, a história do Modernismo necessita uma revisão profunda, até porque afirma ter descoberto por acaso uma terceira fase da Revista de Antropofagia a que intitula de “terceira dentição”, fato este que demonstraria o enorme potencial do tema a ser explorado. Por isso, o autor defende que a história do modernismo brasileiro não teria sido narrada de forma mais intensa, com uma discussão complexa, em que pese o legado que deixou enquanto movimento cultural. É importante recordar a tentativa de colmatar esta lacuna da história em 1958 por Mário da Silva Brito, com sua “História do

** Doutor em Direito e Filosofia (Universidade de Valência, Espanha). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Direito (UFRGS). Sócio efetivo, *Associação Brasileira de Linguística* (ABRALIN). Sócio, *Sociedade Brasileira de Retórica* (SBR). Sócio, *Organización Iberoamericana de Retórica* (OIR). Associado, *Asociación Latinoamericana de Retórica* (ALR).

*** Doutora em Comunicação Social (PUCRS). Pós-doutoranda em Direito (UFRGS).

Modernismo Brasileiro”, que, a despeito de ter corroborado para a mesma, não foi suficiente. O autor pretendia escrever um segundo volume, fato este que não teria chegado a ocorrer, segundo atesta Tércio (2021).

As pesquisas mais densas sobre o Modernismo surgiram tão somente a partir da década de 1960 com obras como a de Wilson Martins, “O modernismo”, de 1961. Desde então dezenas de obras foram publicadas sobre o assunto, corroborando para uma melhor acepção do Modernismo. A despeito do lapso curto, as revistas restaram essenciais na propagação do ideário modernista. Após a epopeia de *Klaxon*, a *Revista de Antropofagia* teria sido “responsável em grande parte pela centralidade que essa vertente assumiu no movimento” modernista.

Instituída em maio de 1928 e circulando até agosto de 1929 em São Paulo, a *Revista de Antropofagia* possuía por fito difundir as ideias dos modernistas que haviam sido forjadas na Semana de Arte Moderna de 1922. Dizia-se que a inspiração da revista seria oriunda do quadro de Tarsila do Amaral intitulado “Abaporu” que, em tupi-guarani, significa antropófago. De fato, Abaporu personificava um homem de pés grandes cercado por um cacto verde, quadro esse dado a Oswald de Andrade por sua esposa Tarsila em virtude do seu aniversário em 11 de janeiro de 1928. Ao vislumbrar a obra, Raul Bopp sugere a Oswald criar um movimento. Nesse contexto, fundaram o Clube da Antropofagia e, por derradeiro, a *Revista de Antropofagia*. Sobre essa revista, compunha-se de oito páginas, consistente em dez números entre maio de 1928 e fevereiro de 1929 em sua primeira edição. No mês seguinte surge a segunda edição (ou “dentição”), consistindo em uma página semanal do *Diário de São Paulo* intitulada Antropofagia, tendo 15 números ao total, de 17 de março a 1º de agosto de 1929. Contudo, em razão do impacto deste periódico, pode-se perceber que há repercussões imediatas e um sentido de continuidade de trabalhos em vários âmbitos, inclusive na continuação em outras publicações.

Deste modo, partindo da metodologia da história dos impressos e tendo em conta as redes modernistas de então, buscaremos retratar uma proposta de uma terceira fase dos escritos vinculados à *Revista de Antropofagia*, ainda que isso viesse a ocorrer dentro de outros espaços, em consonância com novos estudos sobre o Modernismo no Brasil. Da mesma forma, esta investigação fará alusões ainda preliminares à categoria da “polêmica” como um elemento relevante no debate acadêmico nacional, ao comentar da proposta de Tércio e sua ainda incipiente repercussão nos grandes debates sobre o Modernismo dentro do país.

As fases da “Revista de Antropofagia”

Na primeira edição da Revista, publica-se o Manifesto Antropofágico, escrito por Oswald de Andrade, onde já aparecia a ideia-chave de absorver (deglutir) criticamente a vanguarda europeia – ou, como dizia nosso autor no Manifesto: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Philosophicamente”. Com efeito, o objetivo se volta para a capacidade de adaptação desta vanguarda da Europa dentro da cultura brasileira, em que se desenvolvesse uma espécie de redescoberta do Brasil. A ideia dos intelectuais filiados ao Movimento Antropofágico era instituir arte e literatura com caráter nacional, como demonstraram representantes como Mario de Andrade, Pagu, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

A respeito da “Revista” é sabido que se subdividia, na visão defendida pela bibliografia predominante, em duas fases ou “dentições” – como ficaram conhecidas. A respeito da primeira fase (de maio de 1928 a março de 1929), pode-se dizer que foi editada por Antônio Alcântara Machado e Raul Bopp; o formato é de 33x24 cm, sendo que, conforme se comentou, enquadrava-se inicialmente em modestas 8 páginas, em dez números, editados mensalmente. Já a segunda seria de março a agosto de 1929, sendo publicada no jornal *Diário de São Paulo*, de Chateaubriand, tendo Raul Bopp e Jaime Adour como diretores e Geraldo Ferraz como secretário. Nessa nova fase, compõe-se de 16 páginas publicadas quase sempre semanalmente.

É fato que a primeira fase da revista, ainda que incipiente, corroborou para a evolução do nosso modernismo. Quanto à segunda fase, seria o instante em que a antropofagia recebe seus contornos definitivos. O objetivo de então era fortalecer a linha revolucionária do Modernismo que, naquele então, havia esmaecido. A intenção era a de lançar as bases de uma nova ideologia, a “marcha das utopias”. Deve-se ressaltar ainda que a bibliografia secundária não havia aprofundado quanto aos detalhes sobre as fases – de fato, nenhum estudo sobre o Modernismo, nem escritos de Oswald de Andrade ou Raul Bopp mencionavam uma terceira fase da revista, ou terceira dentição, de modo taxativo. Mas o cenário alenta tal posição, uma vez que Oswald estava em transição, tanto política quanto sentimentalmente no final desse período. Com efeito, o autor começava a inclinar-se para a esquerda, em que pese ainda estivesse atrelado ao Partido Republicano Paulista, que era o partido representante das oligarquias mais conservadoras, e ainda estivesse apoiando seu candidato à presidência, Júlio Prestes, como recorda Tércio (2021).

A proposta de uma terceira “dentição”

Uma terceira “dentição” cogitada viria a trazer uma acepção bem diversa de antropofagia, tendo em comum com as outras fases, no dizer do jornalista Jason Tércio, a irreverência e o ecumenismo intelectual. Assim, Tércio (2021) aponta que, ao envidar esforços para escrever sua biografia sobre Mário de Andrade, de título “Em busca da alma brasileira”, acabou por descobrir ao acaso uma terceira fase da Antropofagia, a que designou “terceira dentição”. Trata-se de uma publicação intitulada “Antropofagia – órgão dos antropófagos de São Paulo”, que se espalhou por mais de uma página de uma revista semanal carioca, que perdurou entre 29 de agosto e 05 de dezembro de 1929, fato também recordado por Nodari. Esta revista era um periódico de variedades, composta de 64 páginas, designada “OQA” (leia-se “O que há”), gerida e editada pelo jornalista Victorino de Oliveira.

Partindo da ideia de que “só a antropofagia nos une”, a terceira dentição poderia ser identificada como publicada na revista “OQA”, em cujo cenário se incluiria todo tipo de colaborador: do parnasiano Alberto de Oliveira, o ultraconservador Gustavo Barroso, até os modernistas independentes, como Manuel Bandeira. Tendo funcionamento na segunda metade do ano de 1929, os dez números desta última revista constituem um veículo da imprensa modernista que não apenas difunde os respectivos grupos como também difunde as suas ideias.

Por sua vez, autores como Alexandre Nodari viriam a concordar com Tércio sobre o fato apontado por este autor de que há muito material, especialmente em periódicos, a ser redescoberto. Recordemos, Tércio defendia que nenhum estudo sobre o Modernismo mencionava essa terceira dentição, o que explica que fosse muito corrente nos estudos acadêmicos a afirmação de que a Antropofagia teria acabado na segunda dentição. Numa breve pesquisa sobre o tema ainda é possível encontrar textos apontando para tal critério de definição dos periódicos do movimento antropofágico.

Todavia, Oswald de Andrade, no seu “Informe sobre o modernismo”, conferência esta realizada em outubro de 1945, preleciona ter havido uma terceira fase da revista com a participação de Flávio de Carvalho¹⁷⁵ na década de 1930. Raul Bopp¹⁷⁶ se refere a uma terceira fase do movimento:

O primeiro, com a Revista de Antropofagia, teve apreciáveis proveitos para tomadas de contato. Penetrou em alguns núcleos jovens que agitavam as letras nos estados, com anseios de renovação; o segundo assinalou-se pela sua agressividade. Demoliu alguns elementos que, sem serem vanguardistas, figuravam na cena dos acontecimentos, numa ruidosa confusão de valores; na fase final (terceiro tempo), sem comichões de

¹⁷⁵ ANDRADE apud NODARI, 2021, p. 192.

¹⁷⁶ BOPP apud NODARI, 2021, p. 192.

publicidade, começou-se a pensar, com mais serenidade, numa reestruturação de idéias, de modo a salvar resultados possíveis.

Isso justifica que realmente não foi pacífico na doutrina que a antropofagia tenha acabado na segunda denteição. Na visão de Nodari, a página gerida por Clóvis de Gusmão na “OQA” não se trataria da terceira denteição, em que pese seja uma parte menor de um projeto maior. Recordemos que Tércio, ao analisar a página de “OQA”, toma por base a noção de ecumenismo intelectual presente na primeira e segunda denteição e que estaria presente também na pretensa terceira denteição.

Observa-se, da primeira para a segunda denteição, um estreitamento e consistência cada vez maior dos colaboradores regulares e daqueles que falam em nome do movimento, bem como do foco e ideário político dos textos, a ponto de se poder afirmar que é só na segunda denteição que a antropofagia vai adquirir seus definitivos contornos como movimento (Campos, 2015). Conforme recorda Nodari (2019), é nesse contexto que Tércio faz a descrição de Clóvis de Gusmão como um jovem jornalista paraense que se radicou no Rio de Janeiro, sendo um autor de “poemas de qualidade duvidosa”, “modernista entusiasmado” e que seria colaborador a partir da segunda denteição. A verdade, contudo, é que pouco se conhece da sua obra, e muito menos para realizar um juízo de valor taxativo como esse acima. Essa lacuna, especialmente no que respeita à sua produção na Antropofagia – espalhada entre a “Revista”, o *Diário da Manhã*, *O Estado do Pará* e cartas e entrevistas, em especial de Oswald de Andrade a Joaquín Inojosa, tem sido preenchida pelo trabalho de Aldrin Moura de Figueiredo e Heraldo Márcio Galvão Jr. (2019).

Acompanhando ainda Galvão Jr., agora no texto “Falha dos dentes” (2022), percebe-se a intenção seria de evitar o reconhecimento como uma “escola literária”, ou seja, “de ‘devorar’ e ‘deglutir’ todos os grupos, tendências, manifestos e críticas”; além disso, havia na primeira denteição diversas correntes do modernismo brasileiro. Entretanto, a partir da segunda denteição, seus redatores, como Oswald de Andrade, Clóvis de Gusmão, Oswaldo Costa, Geraldo Ferraz e Raul Bopp, passaram a selecionar os autores que publicavam na revista, deixando aqueles que estivessem em pleno acordo com as diretrizes do movimento, de onde resultou que foram sendo retirados de seu corpo alguns grupos, como o verde-amarelo, Mário de Andrade e o grupo da revista Verde.

Por sua vez, Geraldo Ferraz, em entrevista feita a Maria Eugênia Boaventura em 1979 (publicada em *Sibila*, 2009), retoma a importância de Clóvis de Gusmão para a revista, dizendo

que o autor deu a sua colaboração de forma relevante, sendo por sua causa de alguma maneira a manutenção da segunda denteção da Revista. Por sua vez, Nodari (2021) aduz que foram publicados trechos de possível obra do autor no *Diário da Manhã*, do Espírito Santo.

O grupo do Pará e o contexto nacional do Modernismo

O grupo paraense do qual Gusmão deriva tinha a proposta de uma nova identidade nacional pela perspectiva do Norte, o que incluía um manifesto de Abguar Bastos, também colaborador da Antropofagia, em que se conclamava aos intelectuais do Norte e do Nordeste para se unirem contra o proposital esquecimento da região feito pelos do Sul [...], ou seja, a união dos Estados das regiões Norte e Nordeste e a independência intelectual e artística perante os Estados do Sul e Sudeste do país:

O que diferenciava, porém, as colaborações de Gusmão das dos seus outros companheiros paraenses, era que nelas se reconhecia, por um viés próximo à antropofagia, a necessidade de reconstrução brasileira pela perspectiva da cultura nacional primitiva, o que passa necessariamente pela [...] cosmologia ameríndia [...]. Lendas e mitos foram reconstruídos literária e historicamente para a compreensão da verdadeira brasilidade e tidos como base para reedificar as concepções de sociedade, de cultura e de política, o que inclui mudanças em sua legislação, pois ela havia sido copiada de países europeus.

Foi na chamada “primeira denteção” da *Revista de Antropofagia*, sua primeira fase, que, em geral, fazia-se algo mais experimental nesse momento, publicando, por exemplo “No meio do caminho”, de Drummond (n. 3), e um trecho ainda inédito de Macunaíma (n. 2), de Mário de Andrade. Além disso, a página inicial de cada número tem um enquadramento provocativo, trazendo a citação de algum autor consagrado que ganhava novo sentido no contexto antropofágico, como esta de Prudhon: “De ideia superior em ideia superior, nós acabaremos por não ter mais ideias” (n. 6, p. 1). As contribuições demonstravam o estágio objetivamente nacional que o modernismo havia alcançado. Havia textos de autores do Rio Grande do Sul, do Pará, do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais (Belo Horizonte e Cataguases), Ceará, Pernambuco, Alagoas e até, esporadicamente, um autor do Paraná ou da Paraíba. O que caracterizou a revista como um todo, contudo, foi menos esse momento de intensa articulação nacional do que uma radicalização do sentido de choque, provocação e experimentação do modernismo.

Por outro lado, Augusto de Campos afirma que é na “segunda denteção” (que vai de 17/03/1929 a 01/08/1929) que “a Antropofagia vai adquirir os seus definitivos contornos

como Movimento” (1975, s/n). As rupturas com autores presentes na primeira dentição se acumulam e os textos ficam mais curtos, incisivos, pautando-se em geral pelo ataque frontal, pela ridicularização e pela criação literária mais afim com esses valores. A tendência a equacionar antropofagia com uma postura agressiva e inventiva tem como base essa “dentição”, o que não deixa de ser matizado pela presença de textos menos alinhados esteticamente com esse ideal, como lamenta Augusto de Campos: “É certo que vários dos poemas publicados ficam numa zona confinante com a do verdeamarelismo”.

A formação de espaços de sociabilidade intelectual é inerente aos séculos passados em circuitos literários e artísticos em particular a partir do início do século XX. Uma prática roubada dos franceses, alastrou-se pelo mundo em especial no Brasil. Os cafés eram a ambiência intelectual favorita.

Neste ínterim, eis que surge a “Academia do Peixe Frito”. A assim chamada Academia do Peixe Frito ou geração do peixe frito trata-se de um grupamento de intelectuais e boêmios que se reuniam em espaços de sociabilidade típicos da época para versar sobre a realidade, publicizar suas ideias e forjar literatura entre os anos 1920 e 1950.

Estes jovens intelectuais se denominavam “Vândalos do apocalipse”, e faziam parte do modernismo brasileiro; eram um grupo revolucionário que buscava romper com o estado de coisas de então, inovando na maneira de fazer arte e literatura. Só então se tornaram conhecidos como a Academia do Peixe Frito.

O grupo, liderado pelo poeta e jornalista Bruno de Menezes, era composto por nomes como Abguar Bastos, Dalcídio Jurandir, Muniz Barreto, Raul Bopp e Clóvis de Gusmão. Sua maioria era autodidata, negros e periféricos. A ideia era romper com a estética típica da Belle Époque:

O movimento desses ‘moços’ objetivava inicialmente romper com a política, com a estética canônica e, portanto, com o ilusório glamour parisiense da capital paraense, resquício da Belle Époque na Amazônia (1890-1912), exacerbada pela profícua (mas meteórica) economia da borracha no Norte do Brasil. Esses jovens peixefritanos lutavam por mudanças na seara das artes, desejavam mais engajamento da literatura nas lutas sociais e menos erudição, e não o faziam por pura rebeldia: o mundo estava em transição e o país passava por transformações desde o final do século XIX (PEREIRA, 2019, p. 1028).

Dentre os espaços de sociabilidade mais frequentados por esses jovens estão o Mercado do Ver-o-Peso, o bar Águia de Ouro, localizado no Mercado de Ferro próximo às fritadeiras de peixe na esquina. Ainda se reuniam em um bar no fundo da garagem do Clube do Remo. Outro local bastante utilizado para seus encontros era em dois bares da praça das Mercês, bem

como a casa de Bruno de Menezes no Bairro do Jurunas. Ainda podemos citar o Café Chic e o Café da Paz.

O grupo ficou marcado pelo seu nome em virtude do local por excelência de reunião dos jovens: o já mencionado Mercado do Ver-o-Peso, o mercado mais antigo do país, a maior feira ao ar livre da América Latina, localizada em Belém às margens da Baía do Guajará.

As reuniões eram regadas a cachaça e peixe frito. Isso fez com que o grupo ficasse marcado por suas peculiaridades, dentre elas pela ruptura com a relação direta à época existente entre a cultura literária e os espaços elitizados da cidade. Estes intelectuais fizeram uma arte independente em relação ao centro-sul do país, que arrogava para si a parturição das ideias modernistas, buscando assim “o seu lugar ao sol”:

Nessa experiência de construção do que poderíamos chamar de “brasilidade”, um tópico ganhou a cena: a imagem e o sentimento de que o Brasil é um país dual. Formulada inicialmente como uma oposição entre civilização e barbárie, essa dualidade tem sido constantemente desdobrada em outros binarismos. O homem civilizado versus o selvagem primitivo. O litoral em confronto com o sertão. O país legal diverso do país real. O progresso contrapondo o atraso. O individualismo paralelo ao personalismo político. A cópia no lugar do autêntico. O moderno em vez do tradicional. A cidade contra a floresta (FIGUEIREDO, 2021, p. 57).

O movimento modernista em certa medida contemplou, assim, a articulação de diversos grupos locais e a descentralização da literatura produzida nas periferias:

[...] literatura marginal é aquela que se coloca, propositalmente, fora do cânone ou que é colocada fora dele e que vai contra ele. Isso não envolve necessariamente nem a periferia, nem o marginalizado social. Mas literatura marginal pode referir-se também à literatura daquele que foi excluído socialmente e que ganha voz (HOSSNE, apud NASCIMENTO, 2006, p. 56).

Deste modo, João Alphonsus, ao versar sobre os poetas de Cataguases, ensina que “o impulso não partia do centro-Rio para a periferia, mas ia de pontos periféricos para o centro!” (ALPHONSUS, apud PASINI, 2022, p. 14). Trata-se de uma verdadeira revanche intelectual, em que se opõe o regionalismo às primevas estéticas modernistas, o chamado “modernismo de província”.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com a chamada Escola do Recife. O grupo da “Revista Brasileira” e da Academia Brasileira de Letras constituía uma geração de intelectuais que se expressava e demarcava posições, e em razão disso a chamada Escola do Recife, à qual pertencia Silvio Romero, foi de encontro a esse grupo. Os galo-fluminenses, por estarem no centro das atividades intelectuais do país, centro convergente da intelectualidade brasileira, tinham precedência sobre as outras escolas teóricas do período, sendo objeto da antipatia daqueles que não faziam parte da panelinha (BRITO BROCA, 1900, p. 58).

De acordo com Figueiredo, dois franceses a saber, Jacques Lambert e Roger Bastide, são os responsáveis por esse dualismo entre o novo, que vem do sul, e o norte, que representa o arcaico (FIGUEIREDO, 2021, p. 58). José Eustachio de Azevedo comentava em 1904: “Nós, os do norte, conhecemos um por um todos os litteratos do sul; citamol-os, fazemos-lhes a merecida justiça; elles, os do sul, fazem que não nos conhecem: somos os espúrios das lettras, uns nullos!” (AZEVEDO, 1904). E completa dizendo: “A litteratura brasileira está no Rio de Janeiro, eis tudo” (AZEVEDO, 1904).

Em 1921, porém, chega a Belém Raul Bopp. Bopp se mistura à intelectualidade local, acabou por participar do círculo letrado da região, ajudando a forjar o modernismo no Pará. Foi junto a eles que arrumou o emprego como professor interino de Geografia no Ginásio Paes de Carvalho. De acordo com o autor, sua “fase de formação modernista vinha já com raízes amazônicas” (AVERBUCK, 1985, p. 88).

O responsável por congregar intelectuais da Amazônia nos quadros da Revista de Antropofagia foi Raul Bopp. Estes intelectuais do Norte forjaram o Clube da Antropofagia do Pará. O ponto de convergência deste clube era o jornal *O Estado do Pará*.

Com Clóvis de Gusmão participando intensamente na redação, pode-se asseverar que o Modernismo amazônico participou ativamente na revista. Claro que, devido à hegemonia paulista, não era interesse comum reconhecer a importância da contribuição do Modernismo paraense no âmbito da revista “OQA”, que teria sido a terceira edição da revista.

Conclusão

De acordo com Fischer, “a crítica e a história da literatura e da cultura privatizaram o termo modernismo para significar aquilo que nasce com a Semana de Arte Moderna de São Paulo, ou aquilo que derivou dela”. Consoante o autor, a partir do momento em que se evita esse caráter “paulistocêntrico” do movimento, pode-se falar de diversos modernismos. O objetivo, portanto, foi recordar que se pode tomar como objeto uma vertente regional do Modernismo, no caso aqui para avançar na proposta de Tércio, analisando a importância da contribuição modernista paraense para o movimento.

A expressão “modernismo de província” significa uma evolução do pensamento regional aliada ao caráter sócio-econômico e cultural provinciano, que caracteriza a configuração modernista, do modernismo paraense e brasileiro. A influência do grupo de Clovis de Gusmão sobre a terceira edição demonstra a aversão da cosmópolis aos movimentos intelectuais

regionais. Importa, assim, resgatar essa herança cultural legada pelo movimento paraense, demonstrando que o esmaecimento da contribuição do grupo é proposital, com o intuito de diminuir o papel dos modernismos alheios à metrópole. A leitura a ser feita do movimento deve ser, assim, contra-hegemônica.

Ademais, foram identificadas as intenções teóricas e temáticas que estavam por detrás das publicações na revista a partir do desejo de se promover um Congresso Antropofágico. Dentre as principais teses estudadas e trabalhadas pelo movimento antropofágico no final da década de 1920 e início da década de 1930, Clóvis de Gusmão chama a atenção por defender, em publicações feitas em periódicos de outros Estados, uma legislação brasileira intitulada por ele como “legislação vida-e-sexo”, baseada em folclore, lendas e costumes indígenas como genuinamente nacionais e que deveriam ser levadas em conta na construção legislativa a partir da moral autóctone. Não coincidentemente, a aproximação dos membros da segunda dentição com o Partido Comunista, como Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão, Clóvis de Gusmão, Eneida de Moraes e Oswald Costa, por exemplo, levou-o a pensar esta realidade a partir de um comunismo brasileiro que, segundo as análises presentes nesse artigo, seria um comunismo primitivista baseado no matriarcalismo, que deveria estar presente nas leis. Essas e outras ideias são relevantes igualmente para efeitos de próximas investigações na área, sobretudo dando maior atenção aos textos de Clóvis de Gusmão, para expandir as análises a respeito da proposta aqui apresentada.

Referências

- BOAVENTURA, Maria Eugênia. *A Vanguarda antropofágica*. São Paulo: Ática, 1985.
- CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória - 1934-1950)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FERRAZ, Geraldo. Entrevista de Geraldo Ferraz a Maria Eugenia Boaventura (abril de 1977). *Sibila: Revista de poesia e crítica literária*, 04 abr. 2009. Disponível em: <https://sibila.com.br/critica/entrevista-de-geraldo-ferraz-a-maria-eugenia-boaventura/2129>. Acesso em 02 jan. 2023.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; GALVÃO Jr., Heraldo Márcio. Revistas no front: Aproximações entre Belém Nova e Revista de Antropofagia. *Antíteses*, Londrina, v. 12, n. 23, p. 166-195, jan.-jul. 2019.

FISCHER, Luís Augusto. Outros modernismos – uma questão de mérito, não de ritmo. *Revista USP*, São Paulo, n. 133, abr.-jun. 2022, p. 33-46.

GALVÃO Jr., Heraldo Márcio. A falha dos dentes: a Antropofagia e a Revolução de 1930. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.196183>. Acesso em 02 jan. 2023.

GALVÃO Jr., Heraldo Márcio. Quem não pode morder não mostra os dentes: modernistas e antropofágicos entre São Paulo e Belém do Pará nos anos 1920. 2020a. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.

GALVÃO Jr., Heraldo Márcio. Tenupá-Oikó: a filosofia do —Deixa Estál como proposta humorística para a construção da legislação brasileira pela ótica antropofágica de Clóvis de Gusmão. *Faces da História*, Assis, vol. 7, n. 2, jul.-dez. 2020, p. 25-51.

INOJOSA, Joaquim. Modernismo no Pará. In: *Bruno de Menezes ou a sutileza de transição: ensaios*. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1994.

NASCIMENTO, Érica do. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NODARI, Alexandre. A oca de Clóvis de Gusmão: sobre a página antropofaga na revista O Q A (O que há). *Revista Landa*, v. 10, n. 1, p. 188-243, dez. 2021.

PASINI, Leandro. *Prismas modernistas: a lógica dos grupos e o modernismo brasileiro*. São Paulo: UNIFESP, 2022.

PEREIRA, Carla et al. Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, p. 1025-1043, set.-dez. 2019.

Revista de Antropofagia. Primeira fase – maio de 1928 a março de 1929.

Revista de Antropofagia. Segunda fase – abril de 1929 a agosto de 1929.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil nos anos 1930 e 1940. *Revista Estudos Históricos*, [s. l.], v. 29, n. 58, p. 441-460, 2016.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Revistas jurídicas brasileiras: “cartografia histórica” de um gênero de impressos (anos 1840 a 1940). *Cadernos de Informação Jurídica*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 98-119, 2014.

TÉRCIO, Jason. Recém-descoberta, terceira fase de Revista de Antropofagia revela lacunas da história do modernismo. *Folha de São Paulo*, Ilustríssima, 26/06/2021.

WOLFF, Ítalo. Brasil tem muitos modernismos excluídos pela Semana de 1922, diz Luís Augusto Fischer. *Jornal Opção*, fev. 2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/brasil-tem-muitos-modernismos-excluidos-pela-semana-de-1922-diz-fischer-382906/>. Acesso em: 02 dez. 2022.